



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES- CAMPUS III - GUARABIRA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

LAÍSE MUNIQUE ALVES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: CAMINHOS E POSSIBILIDADES?**

**GUARABIRA/PB
2021**

LAÍSE MUNIQUE ALVES DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA: CAMINHOS E POSSIBILIDADES?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Área de concentração: Educação Infantil

Orientadora: Prof.^a Ms. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante

**GUARABIRA/PB
2021**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586e Silva, Laise Munique Alves da.
A educação infantil numa perspectiva de educação antirracista [manuscrito]: caminhos e possibilidades? / Laise Munique Alves da Silva. - 2021.
35 p.: il. colorido.

Digitado.
Monografia (Especialização em Educação Étnico Racial na Educação Infantil) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação: Profa. Dra. Rita de Cássia da Rocha Cavalcante, Departamento de Educação - CH."

1. Racismo na escola. 2. Criança. 3. Educador. 4. Formação docente. I. Título

21. Ed. CDD 372.24

LAÍSE MUNIQUE ALVES DA SILVA

A EDUCAÇÃO INFANTIL NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:
CAMINHOS E POSSIBILIDADES?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso de Especialização em Educação Étnico-racial na Educação Infantil, da Universidade Estadual da Paraíba, Campus Guarabira, como requisito parcial a obtenção do título de Especialista.

Área de concentração: Educação Étnico-racial na Educação Infantil

Aprovada em: 24/06/2021.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dr.^a Rita de Cássia da Rocha Cavalcante (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)



Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DH)



Profa. Ms.^a Sheila Gomes de Melo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB/DE)

A Rita Alves, minha mãe. O meu muito obrigado por estar comigo mesmo
com a fragilidade de sua saúde nos últimos anos.
Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que por intermédio de Santa Tereza D'Ávila tem me ajudado em sua oração, acalmando o meu coração e me fazendo refletir que “a paciência tudo alcança”. A minha mãe, Rita Alves a quem dedico parte hoje da minha vida, que apesar das divergências sempre está ao meu lado e a minha irmã Rosimeire, por todo apoio e disposição que tem quando mais preciso.

A Josélia Lima, pessoa que o destino escolheu para enfrentar junto a mim tudo que já se passou na minha vida nos últimos tempos, obrigada por todo amor, carinho e principalmente motivação nos momentos mais difíceis, quando eu pensei em deixar tudo.

A minha orientadora, Prof.^a Rita de Cássia da Rocha Cavalcante. Quis o destino que duas Rita's cruzassem o meu caminho, e esta última me ajudou com seu tratamento humano e paciente para que este trabalho fosse feito. Com certeza jamais esquecerei a nossa parceria, apesar do tempo curto e do momento em que vivemos. Professora, meu mais sincero obrigada por tudo.

Aos meus colegas de curso pelo prazer de aprender e reaprender, ouvir, calar e refletir sobre a educação infantil e educação étnico-racial com vocês, em especial as colegas: Luciene Santos, Maria Liliane, Fernanda e Maria Raquel que apesar da sua desistência, sempre está comigo. As amigas: Elba, Ana Viviane, Bianca e Márcia pelo incentivo, nos últimos meses, para que eu conseguisse prosseguir e concluir mais uma etapa.

Por fim, a todos os/as professores/as que passaram pela especialização contribuindo com seus conhecimentos e, sobretudo experiências de vida que transpõe os muros da universidade, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender. Agradeço desde já a banca examinadora, pela disposição em avaliar esse trabalho, pelas prováveis contribuições no intuito de aprimorá-lo.

Em geral, a todos que de uma forma ou de outra estiveram ao meu lado durante esse ano de caminhada, muito obrigada!

“Numa sociedade racista não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”.

Ângela Davis.

RESUMO

A educação infantil é o primeiro passo da criança rumo ao conhecimento e as interações sociais para além do ambiente familiar. Nela, se inicia a construção da sua identidade. Lidar com a identidade étnico-racial, por exemplo, é lidar antes de tudo com a sua autoestima e a valorização de sua ancestralidade. No caso da população negra, durante o processo de escolarização pode haver a construção de concepções errôneas. Esse fato, muitas vezes, acaba interferindo na própria percepção e apropriação. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva-se conhecer a educação infantil, verificando as possíveis limitações que ocorrem na prática do/a professor/a enquanto possibilidade de uma educação antirracista; e destacar aspectos das práticas pedagógicas que permitam a construção da identidade étnico-racial em sala de aula. Trata-se de pesquisa bibliográfica, do tipo exploratório e descritivo com enfoque na educação infantil do ponto de vista antirracista. Para tanto, a coleta de dados se deu por meio eletrônico, com levantamento de artigos disponíveis em bases de dados como a Scientific Electronic, Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico. Foi feito um compilado seguindo os critérios de inclusão da pesquisa como: artigos na língua vernácula, leis e documentos governamentais, cujos textos estivessem na íntegra e publicados em revistas científicas. Na sequência, os dados foram interpretados e descritos na redação do trabalho. Foi visto com o levantamento, que a educação antirracista nas escolas, ainda, não consegue ser tão efetiva, por uma série de questões que se resumem na falta de inclusão de atividades educacionais no âmbito da escola, organização da gestão para promover cursos de formação e também interesse por parte dos/as professores/as.

Palavras-Chave: Racismo na escola. Criança. Educador. Formação.

ABSTRACT

Early childhood education is the child's first step towards knowledge and social interactions beyond the family environment. In it, he starts building his identity. Dealing with ethnic-racial identity, for example, is dealing, above all, with their self-esteem and the appreciation of their ancestry. In the case of the black population, during the schooling process there may be the construction of misconceptions. This fact often ends up interfering with the perception and appropriation. In this context, this work aims to understand early childhood education, verifying the possible limitations that occur in the teacher's practice as a possibility of an anti-racist education; and highlight aspects of pedagogical practices that allow the construction of ethnic-racial identity in the classroom. It is a bibliographic research, exploratory and descriptive, focusing on early childhood education from an anti-racist point of view. For this purpose, data collection took place electronically, with a survey of articles available in databases such as Scientific Electronic, Library Online (SCIELO) and Google Scholar. A compilation was made following the research inclusion criteria, such as: articles in the vernacular language, laws and government documents, whose texts were in full and published in scientific journals. Afterwards, the data were interpreted and described in the writing of the work. It was seen in the survey that anti-racist education in schools still cannot be as effective, due to a series of issues that are summed up in the lack of inclusion of educational activities within the school, management organization to promote training courses and also interest on the part of teachers.

Keywords: Racism at school. Child. Educator. Formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Dimensões das propostas pedagógicas.....	16
Figura 2 –	Caminho metodológico percorrido para construção do trabalho....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP	Proposta Pedagógica
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

Sumário

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 Contextualizando a Educação Infantil no Brasil	14
2.2 Triade: educação infantil, professores e diversidade racial	17
2.3 Racismo e brasileiros/as	19
3 METODOLOGIA	23
3.1 Tipo de pesquisa	23
3.2 Critérios de inclusão/exclusão	23
3.3 Procedimentos pra coleta e análise de dados.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS:.....	32

1 INTRODUÇÃO

A educação infantil possibilita a criança pequena seu primeiro contato com o processo de escolarização. É por meio dela que se iniciam as interações de socialização para além do ambiente familiar. Por ser uma fase desafiadora para crianças e adultos, é também uma etapa em que exige cuidados e que implica uma aprendizagem cheia de descobertas.

Ofertada de 0 a 06 anos, desde 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a educação infantil passou a integrar a Educação Básica. Esta “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, LDB, 1996, p.17).

Apesar de a educação infantil estar atrelada ao ensino básico, ela não possui um currículo formal, amparando-se em seu Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) desde 1988. O referido documento oficial destaca o cuidar da criança pequena em um espaço que proporcione alimentação, limpeza e o brincar como atividades essenciais, como também o educar respeitando suas características lúdicas no processo de desenvolvimento integral.

Neste sentido, a partir dos destaques dos referidos referenciais nos direcionamos ao desenvolvimento da identidade da criança, o que envolve além de seus processos educativos, o seu contexto social e cultural. Lidar com a identidade étnico-racial da criança pequena, é lidar antes de tudo com a sua autoestima e a valorização de sua ancestralidade.

Diante da diversidade étnica que compõe o nosso país, aproximadamente 55% da população está na categoria entre pretos e pardos, segundo dados do último trimestre de 2020, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua (IBGE, 2021). Essa população aparece em nosso país como maioria populacional, mas em minoria enquanto preservação e consolidação de seus direitos.

Ocorre que cada vez mais, apesar dos avanços na educação encontramos ambientes escolares como reflexo da sociedade e não isentos de ações de cunho racista e porque não dizer ambientes que segregam crianças, jovens e adultos devido a sua condição racial e social, sendo estas manifestadas desde a mais tenra idade.

Notadamente, o racismo estrutural, em demasiadas formas é o grande problema que permeia a nossa sociedade. Lamentavelmente muitas escolas reproduzem a discriminação racial e, os educadores acabam deixando passar situações racistas e preconceituosas, por entender que as crianças não precisam aprender ou não aprendem desde cedo a respeitar a diversidade em sua coletividade, pois é um tema complexo e ininteligível para elas.

Além disso, entendemos que discutir o pensamento, a compreensão e a formação do profissional desta área, permitirá gerar a possibilidade de construir reflexões e ações importantes de respeito para as relações étnico-raciais na educação infantil.

Nesse contexto, objetivamos verificar as possíveis limitações da prática do professor para a promoção uma educação antirracista na educação infantil; e destacar aspectos de seu trabalho pedagógico que podem possibilitar a construção da identidade étnico-racial em sala de aula.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Contextualizando a Educação Infantil no Brasil

Outrora, as creches e pré-escolas estavam associadas a uma educação de cunho assistencialista, dadas como um “favor” para os mais pobres. Contudo, a partir da Constituição de 1988, a Educação Infantil sofreu uma nova configuração, em que todas as crianças passaram a ter a educação como direito. Acrescentando ao Estado, o dever de prover escolas públicas gratuitamente que promovam a educação básica.

O termo educação (do latim, *dúcere, educare, ductum*) tem significado de conduzir para fora (PORTELLA, 1984), e base (do grego, *básis, eós*) de suporte, fundação e andar, avançar (MARTINS, 2005). A partir dessas definições a educação pode ser entendida como aquela que tem a finalidade de conduzir o indivíduo ao seu desenvolvimento, formando-o para o exercício da cidadania com integração na sociedade; conhecedor dos seus direitos e deveres socioeconômicos, políticos e éticos (BRASIL/MEC, DCNE, 2013). Isto é, formar indivíduos capazes de transcender a reprodução de conhecimento para um desempenho de um senso crítico com autonomia, em todo seu contexto de cidadão (BERSANI, 2017).

A educação básica compreende três etapas: a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (BRASIL, 1996). As instituições de educação infantil são organizadas conforme as faixas etárias. As creches oferecem o ensino para crianças de até três anos de idade; e as pré-escolas, para as crianças de 4 a 5 anos de idade (BRASIL/MEC, LDB, 1996).

As crianças são as protagonistas da educação infantil, seres sociais de direito que ao longo das suas relações vão se construindo e formando sua identidade. E para tanto, essa construção se dá por meios das experiências do brincar, imaginar, fantasiar, desejar, aprender, observar, narrar e questionar (BRASIL/MEC, DCNEI, 2010). A vista disso, Machado (2010, p.126) menciona:

A criança é um ser-no-mundo permeado de limitações, dadas pela imaturidade de seu corpo e pela moldura oferecida na convivência com a cultura ao seu redor, sobre o que é permitido ou não para uma criança por ali, mas é uma pessoa desde a mais tenra idade apta a dizer algo sobre tudo isso: diz algo em seu corpo, gestualidade, gritos, choro, expressões de alegria e consternação, espanto e submissão. Esses dizeres em ação, essas atuações no corpo, mostram-se repletas de teatralidade: pequenas, médias e grandes performances, ações de suas vidas cotidianas que encarnam formas culturais no ser total da criança; ações visíveis e também invisíveis aos olhos do adulto.

Frente às demandas dessa fase, as crianças nessas faixas de idade precisam de profissionais qualificados que saibam promover o cuidar e o educar em consonância e complementariedade. Nesse contexto, tem-se que:

As novas funções para a educação infantil devem estar associadas a padrões de qualidade. Essa qualidade advém de concepções de desenvolvimento que consideram as crianças nos seus contextos sociais, ambientais, culturais e, mais concretamente, nas interações e práticas sociais que lhes fornecem elementos relacionados às mais diversas linguagens e ao contato com os mais variados conhecimentos para a construção de uma identidade autônoma. (BRASIL/MEC, RCNEI, 1998, p.23).

O cuidar e o educar exigem uma indissociabilidade para que a educação infantil alcance seus objetivos. O ato de cuidar demanda de um cuidado; do acolhimento à criança, do respeito a sua diversidade e singularidade; de apoio no que se refere ao desenvolver o aprendizado de pensar e agir; e estimular a uma reflexão sobre o autocuidado, cuidado com outro, com a escola, a natureza, a água, e o planeta (BRASIL, 2013).

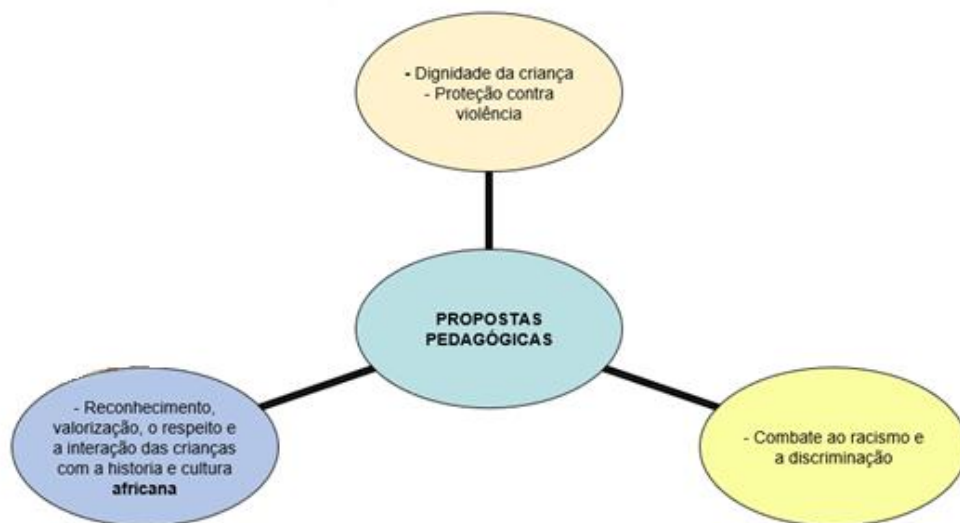
Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis. (BRASIL/MEC, RCNEI, 1998, p.23).

Diante dessa conjuntura, a Proposta Pedagógica (PP) é construída para subsidiar as ações que devem ser desenvolvidas na escola que visem à aprendizagem e o desenvolvimento das crianças em todo seu contexto. A PP é um plano de ação que conta, para sua formulação, a participação de todos os envolvidos na prática pedagógica. Segue como premissa legal, contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs), as PP práticas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem assegurar condições que garantam à criança dignidade, proteção contra violência física ou simbólica e negligência das instituições escolar e familiar. Como também,

promoção ao reconhecimento, à valorização, o respeito com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras; combate ao racismo e à discriminação (BRASIL, 2010). Ver resumo em Figura 1.

Figura 1 - Dimensões das propostas pedagógicas



Fonte: Elaboração própria, 2021.

Nessa perspectiva, é salutar que os profissionais da educação infantil se apropriem de embasamentos legais para que na prática pedagógica sejam incorporados conhecimentos referentes às questões étnico-raciais. Esses irão possibilitar a desconstrução de estereótipos e práticas racistas, que perpassam também nos espaços pedagógicos. (OLIVEIRA, 2016).

2.2 Tríade: educação infantil, professores e diversidade racial

Diante de várias demandas necessárias e reivindicadas pelo Movimento Negro, a educação se sobressaiu, visto sua importância na alfabetização tendo como consequência o aumento das possibilidades de trabalho (DOMINGUES, 2008; GOMES, 2012). Além dessa questão, Oliveira (2016, p.138) caracteriza a escola como um ambiente de “formação e socialização dos sujeitos, visando a partir disso o enfrentamento das desigualdades no nosso sistema educacional, começando pela educação infantil, tendo como objetivo a construção de uma sociedade mais democrática”. Em resumo, a educação nas escolas é vista como uma oportunidade de autonomia e segurança de melhores condições de vida para os negros (MACEDO, 2020).

Almeida (2019) acredita que a mudança nas desigualdades raciais só acontece de maneira concreta a partir de práticas antirracistas e a implementação de políticas internas nesse sentido nas instituições. Acerca disso, se evidencia a criação das Leis nº. 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade de inserção no currículo oficial da Rede de Ensino o tema “História e Cultura Afro-Brasileira” e Lei nº. 12.288/10 que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial que garante a defesa de direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, combate ao racismo e intolerância étnica e igualdade de oportunidades (MACEDO, 2020).

Cabe destacar que, tratada muitas vezes de forma superficial, por vezes até esquecida a lei nº 10.639/2003, apesar de ser de suma importância para defesa das questões étnico-raciais não é trabalhada em sala de aula, ou até mesmo na escola. Quando apenas é lembrada em datas pontuais do calendário civil, tornado assim folclorizada as questões raciais e visibilizada de maneira esporádica e secundária, proporcionando assim pouco trabalho com a diversidade étnico-racial quando não reforçando contextos de racismo e estigmas por todo o ambiente escolar.

Além disso, já se passaram alguns anos e, por isso, cabe pensar se houve impacto dessas leis nas escolas brasileiras. Como a legislação tem afetado o cotidiano? Sabe-se que ocorreram investimentos em recursos presenciais e a distância com relação à formação de professores nos mais diferentes níveis. Ampliaram-se as discussões sobre a história e a cultura afro-brasileira. No entanto, reafirma-se cada vez mais a necessidade de sensibilizar professores/as para trabalhar os temas relacionados ao racismo, pois esses temas, de certo modo, desequilibram a forma como professores/as se veem, se

colocam no mundo e instituem suas práticas pedagógicas (MACEDO, 2020, p.110).

Desta forma, percebemos que embora a lei nº 10.639/2003 tenha sido criada para incluir e evidenciar a cultura brasileira no currículo escolar, a prática pedagógica dos/as professores/as da educação infantil nos faz afirmar a importância de ofertar uma formação continuada adequada para estes docentes que, muitas vezes, não se sentem seguros ou não acreditam na efetivação de leis dessa envergadura em nosso país.

Sobre a formação dos/as professores/as, segundo Macedo (2020), o maior desafio é levantar discussões sobre as questões de caráter racial não só na educação, mas em outras instâncias do conhecimento. E por meio disso, selecionar os principais aspectos para compor a formação de professores, produzindo currículos que promovam uma articulação da cultura, identidade negra e educação.

Em relação à formação de professores/as para a educação infantil é necessário priorizar cursos que norteiem os profissionais a estimularem o desenvolvimento de experiências, de modo a propiciar às crianças a apropriação dos conhecimentos culturais e científicos produzidos pelos grupos negros e indígenas. Trazendo, nessa perspectiva, conteúdos de maneira lúdica e promovendo vivências através de filmes, danças, arte, música, teatro que abordem o conhecimento científico, as lutas e resistências desses povos. (DIAS, 2012).

Segundo esse autor, quatro princípios pedagógicos foram criados a partir das práticas de professores após realização de cursos de formação sobre diversidade étnico-racial na primeira infância, são eles: coragem, ludicidade, diferença e construção. Vejamos abaixo, a descrição de cada um deles, segundo a adaptação das ideias do autor (DIAS, 2012):

- **A coragem** deve ser algo inerente ao educador nesse processo de formação para trabalhar com a educação infantil, visto que, é preciso criar métodos, ações capazes de proporcionar experiências de aprendizagem e justificar as ações frente aos superiores;
- **O lúdico** como uma ferramenta de desenvolvimento, trazendo diferentes formas de linguagens;
- **A diferença** como formar de não promover a hierarquia;
- Ver a criança como sujeito com **construção** própria de sua identidade.

Dessa maneira, promover a união da escola, formação de professores, currículo e educação étnico-racial compõem, sem dúvida, os principais elementos que embasará a criação de práticas educativas e pedagógicas (MUNANGA, 2005; MACEDO, 2020). E assim, avançar cada vez mais a igualdade racial na educação infantil (DIAS, 2012).

2.3 Racismo e brasileiros/as

Ancorados em fatores biologicamente arquitetados para justificar a dominação de um povo sobre o outro, no Brasil, o racismo está associado aos longos anos pelos quais a população negra, advinda da África, foi escravizada para atender as necessidades dos portugueses em relação às atividades de maior esforço físico, uma mão de obra forçada.

Este fato foi e é importante para entendermos como tudo aconteceu, embora saibamos hoje que, a sociedade brasileira ao longo da história não ter reconhecido a pessoa negra como cidadã trouxe consequências ainda maiores juntamente com a forma de haver reinventado o processo e o projeto de exclusão da pessoa negra. Isso nos trás a tona o que vivemos hoje de forma muito forte.

As políticas públicas para incluir estudantes negros na universidade ainda não garantiu a permanência dessas pessoas, bem como, elas não conseguem o acesso por ingressos em cursos considerados elitizados.

Voltando ao passado, os negros eram considerados objetos de direito, propriedades dos europeus. Um tempo sombrio, de desumanidade e violência, em que o escravo não era tido como pessoa (*servus non habet personam* - o escravo não é pessoa, princípio do antigo direito romano), mas, apenas, como objeto de uso. (LIMA, 2020).

As marcas deixadas pela escravidão se enraizaram em lugares profundos originando uma cultura racista. A sociedade brasileira, ainda não se libertou da estrutura escravista e da não criação de mecanismos de exclusão da pessoa negra, o que faz com que não se discuta a escravidão e a coloque debaixo do tapete.

O racismo estabelece uma posição hierárquica, de segregação e exclusão de um grupo contra outro, em razão da sua cor (SILVA, 2005). Segundo Lima e Vala (2004, p.402) o racismo “envolve uma crença naturalizadora das diferenças entre os

grupos, pois se liga à ideia de que os grupos são diferentes porque possuem elementos essenciais que os fazem diferentes”.

Encontramos o racismo disseminado de várias formas, sendo enviesado pelo preconceito, a discriminação e o estereótipo. Estes três conceitos são amplamente discutidos pelo autor Silvio de Almeida (2018) em seu livro “Racismo Estrutural”, em que afirma o racismo como integrante da organização econômica política e social, sendo “inescapável” a sua forma, pois a estrutura e a economia estão assim ligadas à desigualdade existente em nosso país.

De forma preconceituosa ocorre o pensamento baseado em estereótipos a respeito das pessoas que pertencem ao grupo de pessoas racializadas, pessoas negras, e isto pode ou não resultar em práticas discriminatórias. E por fim a discriminação racial é atribuída ao tratamento diferenciado aos membros deste grupo racial. (DE ALMEIDA, 2018)

Nesse contexto, o racismo passa a se naturalizar como uma espécie de discriminação racial, classificando historicamente os seres humanos como raças distintas e, portanto, neste aspecto construído de que a raça branca tem prevalência sobre a negra não só por fatores físicos, mas intelectuais. Sobre isso, diante das percepções e várias definições, Campos (2017, p.19) descreve o racismo em três abordagens:

A primeira delas entende o racismo como um fenômeno enraizado em ideologias, doutrinas ou conjuntos de ideias que atribuem uma inferioridade natural a determinados grupos com origens ou marcas adstritas específicas. Por essa perspectiva, o adjetivo “racista” só pode ser atrelado a práticas que decorrem de concepções ideológicas do que é raça. A segunda abordagem, por seu turno, concede uma precedência causal e semântica às ações, atitudes, práticas ou comportamentos preconceituosos e/ou discriminatórios na reprodução do racismo. Para essa postura analítica, as práticas racistas prescindem de ideologias articuladas e, portanto, as ideias deixam de ser o elemento definidor do racismo. Por fim, a terceira abordagem crê que o racismo teria assumido características mais sistêmicas, institucionais ou estruturais nos dias atuais. Embora práticas e ideologias sejam dimensões importantes do fenômeno, são as estruturas racistas os princípios causais fundamentais que devem ser investigados. (CAMPOS, 2017, p.19) [Grifos do autor]

O racismo estrutural é então caracterizado como um processo imposto e vivenciado ao longo dos anos, iniciado desde a escravidão colonial até os tempos atuais. Implantado pela sociedade em todas as esferas que a compõe, isto é, naturalizado pela sociedade, o racismo estrutural é visto como algo inerente à

essência dos brasileiros que reproduz, mantém e recria desigualdades, segregação ou preconceito racial. (GORENDER, 2010; BERSANI, 2017).

Acredita-se que durante o processo de escolarização há construção de concepções errôneas a respeito da população negra e, muitas vezes, esse fato dificulta até a própria percepção e apropriação da sua identidade acerca disso. Nesse sentido, muitos trabalhos têm apontando a necessidade de se combater esses conceitos, especialmente, durante o processo educativo (SILVA, 2005).

Com a “libertação da escravatura” e sem políticas que os reinserissem na sociedade de forma reparativa, além de desconsiderar a existência de discriminação pelo Estado afirmando não haver diferenças entre negros e brancos a tão sonhada cidadania não aconteceu. E até hoje a luta é contra a desigualdade racial, que insiste em apagar a cultura, a religião, as memórias e as perversidades pelas quais a população negra passou e passa no Brasil (MACEDO, 2020). Sobre esse aspecto, Nunes (2006, p.91) relata que “a essência das relações sociais não mudou. A atitude do Estado para a situação do negro “liberto” sempre foi omissa: a miséria material, a discriminação e a humilhação vividas pelos afrodescendentes são reduzidas à culpa deles mesmos”.

Dessa maneira, é inegável que consequências perversas existam em nossa sociedade tão marcada por preconceitos e discriminações sofrida pela população negra. Podemos pensar que este racismo assume assim, algumas concepções, como o fato da pessoa negra ter sido compreendida como inferior, incivilizada, criando a ideia da escravidão um fato natural.

Logo, a concepção da sociedade é que o lugar social da pessoa negra é natural, vista como ser inferior. O racismo, o preconceito é resultante dessa compreensão, e não do fato de ter sido unicamente escravizada. Mas que de maneira ampla, segundo Gaudio (2019), ele tem suas raízes em toda a estrutura da sociedade, o que o coloca como integrante da organização econômica e política.

Na atualidade, há movimentos que se ancoram na negação de que exista racismo em nosso país, e vai além, ainda com a prerrogativa de que vivemos em uma democracia racial devido ao alto índice de características de miscigenação que compõe a população. No entanto, a miscigenação que existe em nosso país, transforma o racismo em um ato velado, como dito por muitos autores, temos um racismo *à brasileira*.

No Brasil temos inegavelmente um alto índice de miscigenação, com raízes profundas, a negação dessa realidade representou um desejo de embranquecimento da população negra ao longo dos anos, haja vista que é perceptível que as pessoas com a pele mais clara ou parda sofrem menos preconceito e discriminação do que pessoas com pele mais escura.

Frente a isso a educação étnico-racial entra em pauta com a finalidade de construir uma nova perspectiva - superação ao racismo, assim torna-se palco para uma educação antirracista.

A construção da identidade negra como vemos ocorre de forma lenta, apesar da existência de políticas públicas e legislações nesse sentido, além dos mecanismos inclusivos estarem presentes em nossas escolas.

A nossa escola pública tem um papel importante na construção dessas e outras identidades na formação de valores éticos e morais, pois é nela que as populações maiores, mas menores em direitos consolidados estão presentes. Assim como nos diz Gomes (2011, p.117):

O ato de falar sobre algum assunto ou tema na escola não é uma via de mão única. Ele implica respostas do “outro”, interpretações diferentes e confrontos de idéias. A introdução da Lei nº 10.639/03 – não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural e política no campo curricular e epistemológico – poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos a favor da discriminação racial. (GOMES, 2011, p. 17). [Grifos do original]

Por fim, é importante reconhecer o que a lei sancionada pode e vir proporcionar, ações afirmativas a fim de superar o racismo que devem ser desenvolvidas em aliança com políticas públicas voltadas para toda a população brasileira, afim de que de fato se concretize uma educação étnico-racial pautada não só em comemorações pontuais e ineficazes, mas com princípios antirracistas na construção da democracia que assuma os direitos as diversidades como peça que provoque a equidade em nossos espaços sociais, mesmo que seja um processo muito difícil a cumprir num país com herança escravista como o Brasil.

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica, do tipo exploratório e descritivo com enfoque na educação infantil do ponto de vista de uma educação antirracista. A pesquisa refere-se a uma busca da literatura científica, para levantamento e análise do que já foi produzido sobre o tema referido (Figura 2).

A pesquisa bibliográfica se desenvolve por meio de material teórico, documentos, artigos científicos, livros elaborados, que servem de subsídio para orientação e elaboração do trabalho que está sendo desenvolvido (GIL, 2002). Sua vantagem reside “no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito ampla” (Gil, 2008, p.50).

Andrade (2003, p. 124), entende, por sua vez, que a “pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico e, tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre determinado assunto, facilitar o entendimento do problema pesquisado e avaliar a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa”. Através da pesquisa exploratória busca-se conhecer os aspectos que envolvam temáticas relacionadas à pesquisa.

As pesquisas descritivas têm como foco fundamental a descrição da realidade, das características de uma determinada população, fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, sem interferência do pesquisador. (GIL, 2008).

3.2 Critérios de inclusão/exclusão

A amostra foi composta de artigos, selecionados segundo os critérios de inclusão a seguir: artigos na língua vernácula, leis e documentos governamentais, cujos textos estivessem na íntegra e publicados em revistas científicas nos descritores observados na base de dados. Excluindo-se trabalhos não publicados em revistas científicas.

3.3 Procedimento pra coleta e análise de dados

A coleta de dados foi feita por meio eletrônico, fazendo um apanhado de artigos disponíveis em bases de dados como a Scientific Electronic, Library Online (SCIELO) e Google Acadêmico, no corrente ano. Além do mais, alguns livros foram consultados para melhor compreensão da condução da pesquisa.

Realizamos contínuas e sucessivas leituras do material teórico encontrado, selecionando-os e compilando conforme os critérios de inclusão estabelecidos. Após a coleta, os dados foram interpretados e os resultados estão descritos de maneira textual seguindo a uma ordem no sentido de alcançar o objetivo proposto no estudo.

Figura 2 - Caminho metodológico percorrido para construção do trabalho



Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

Dos levantamentos realizados foram encontrados 08 trabalhos nas plataformas digitais Scielo e Google Acadêmico conforme apresentados e descritos no quadro a seguir:

Quadro nº 01: Identificação dos materiais analisados, 2021

Autor	Título	Ano
Rejane Lucia Amarente de Macedo	Formação de professores e racismo – para onde vamos?	2020
Edvaldo Pereira dos Santos e Ludmila Costa Meira	Os desafios da educação das relações étnico raciais e a formação de professores para educação infantil	2019
Cesar Marinho e Edna Martins	Educação infantil e relações étnico-raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas	2016
Regiane de Assunção Costa e Tania Regina Lobato Dos Santos	Representações sociais de professores: desafios para a socialização da criança negra na educação infanti	2014
Lucimar Rosa Dias	Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo	2012
Sylvia da Silva Nunes	Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita	2006
Patrícia Maria De Sousa Santana	Orientações e ações para a educação das reções étnico-raciais	2006
Sueli Melo Silva	Educação e racismo no Brasil	2005

Fonte: Elaboração pessoal, 2021.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Racismo é um problema, ou pode ser considerado um dos maiores problemas que a nossa sociedade enfrenta nos últimos séculos. Este, desdobra suas manifestações de modo direto em ações que excluem, causa violência, desigualdade social e dentre outros. E, muitas vezes, as condições e as práticas são semelhantes às vividas durante a escravidão. (NUNES, 2006).

A escola é considerada um importante espaço de formação. Nela, segundo Macedo (2020, p.109) acontece “um processo educativo mais amplo, em que professores e estudantes experimentem princípios democráticos. Importante destacar, ainda, que na escola circulam saberes e tensões inerentes à sociedade, entre eles as desigualdades”.

Nessa perspectiva, a escola é vista como a alternativa mais viável e de excelência pra encontrar e implementar alternativas de como saber lidar com as

questões raciais. E é na escola que a criança, no início da sua vida, tem maior possibilidade de interação social.

Segundo Santos; Meira (2019, p.18) “a criança, ao vivenciar suas experiências sociais, se apropria e reestrutura seu pensamento, para constituir, dessa forma, suas estruturas cognitivas, sociais, afetivas e físicas, o contato com as culturas africanas e afro-brasileiras contribui para o desenvolvimento de sua identidade”.

É mister que se valorizem relações étnico-raciais, mostrando às crianças da Educação Infantil, [...]os valores e conceitos sobre o igual e o diferente, o belo, o feio, o bom, o mal, entre outros, que podem e devem ser desmistificados. Sendo assim, é imprescindível que, no momento em que os conceitos étnicos forem trabalhados em sala de aula, os saberes das crianças sejam ampliados. Estas aprenderão, desde muito cedo, que a prática da discriminação e, ou racismo é incorreta e fere os direitos do seu próximo. (SILVA, SILVA, 20015, p.39).

Algumas questões são norteadoras para implementação de ações antirracistas, como: a criação de propostas curriculares e educacionais desde a pré-escola, elaboração de materiais didáticos específicos à temática para propiciar meios para que haja a formação de uma identidade negra positiva que se construa na relação com o branco e no reconhecimento das diferenças (SILVA, 2005).

Nesse contexto, Brasil (RCNEI, 1998, p.41) menciona:

Para que seja incorporada pelas crianças, a atitude de aceitação do outro em suas diferenças e particularidades precisa estar presente nos atos e atitudes dos adultos com quem convivem na instituição. Começando pelas diferenças de temperamento, de habilidades e de conhecimentos, até as diferenças de gênero, de etnia e de credo religioso, o respeito a essa diversidade deve permear as relações cotidianas.

Acredita-se que quando as crianças convivem com as diferenças através de práticas ao seu redor, a aceitação e compreensão são mais efetivas. Acrescenta-se também, que as relações étnico-raciais iniciam suas formas, representações no ambiente escolar, na educação infantil. Nesse sentido, a escola tem papel primordial em propiciar meios, espaços e interações para o desenvolvimento da identidade das crianças em um cenário de reconhecimento, de valorização e de respeito à alteridade (SANTOS, MEIRA, 2019).

Há oito principais elementos para se trabalhar uma educação antirracista, a seguir:

1. Reconhecimento da existência do problema racial no Brasil;
2. Reflexão sobre o racismo e seus derivados na rotina e ambiente escolar;
3. Combate as atitudes preconceituosas e discriminatórias na sociedade e no ambiente escolar, e cuidar para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas;
4. Considerar a diversidade existente na escola;
5. Ensinar às crianças uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira;
6. Buscar materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros';
7. Pensar alternativas de como educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial no Brasil;
8. Elaborar ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e de alunas pertencentes a grupos discriminados (CAVALLEIRO, 2001; FERREIRA, 2012). [Grifos do autor]

Uma pesquisa realizada com professores da educação infantil que receberam formação sobre diversidade étnico-racial e combate ao racismo, levantou vários pontos que devem ser considerados sobre o cenário e prática escolar pós-curso. Sobre a ótica positiva, os professores relataram a importância da formação para promover a coragem para tentar mudar o cenário, com estratégias e metodologias diferenciadas; autonomia no desenvolvimento de atividades educativas; por ser um coadjuvante da criança no reconhecimento e construção da sua identidade. No âmbito negativo: surge a necessidade de estar se afirmando frente aos seus gestores para alcançar credibilidade; situações de mal-estar entre seus colegas, por esses desvalorizarem algumas ações destinadas somente aos negros, a exemplo o Dia da consciência Negra (DIAS, 2012).

Outro trabalho realizado com professoras da educação infantil, da rede municipal de duas escolas de São Paulo revelou discursos positivos sobre formação continuada e o impacto dessa nas práticas educativas. Evidenciou-se preparo e fluidez na abordagem da temática em sala de aula. Contudo, em outras falas foi visto a falta de interesse na preparação de atividades focadas no contexto histórico e cultural dos negros (MARINHO; MARTINS, 2016). Isso foi visto também no trabalho de Costa, Santos (2014, p.74) realizado com professores da Educação Infantil, e foi mencionado que o professor precisa “rever os seus posicionamentos e representações para poder trabalhar de modo crítico e reflexivo junto às crianças na educação infantil”.

[...] o contexto infantil, é nesse período da vida, a partir do convívio com o outro, pelos gestos, toque, olhar, que a criança vai se constituindo cidadã, representando o mundo e significando tudo

aquilo que a cerca. No entanto, faz-se necessário que os corpos docentes e as instituições de Educação Infantil busquem o conhecimento sobre o assunto abordado, recriando didaticamente o ensino, por meio de brincadeiras, contos infantis, para promover entre os educandos, o reconhecimento dos valores e conceitos, sobre a igualdade e diferenças entre nós, humanos. (SILVA, SILVA, 2015, p.36).

Uma pesquisa realizada numa Unidade de Educação Infantil em Belém, no Pará, demonstrou no Projeto Político-Pedagógico (PPP) que as questões raciais são tratadas de forma secundária às questões como, de gênero e religião. Nela, algumas professoras, em suas falas, relativizaram essa questão, naturalizando as diferenças; não realizavam atividades de cunho específico; divergiam entre si sobre presença de conflitos envolvendo as diferenças raciais entre as crianças. Isto é, profissionais totalmente alheias a essas questões no seu ambiente de trabalho. Talvez isso aconteça, porque essas não tiveram formação durante e pós-academia (COSTA, SANTOS, 2014). O conhecimento é determinante para efetivação de práticas, conforme aponta Tuono; Vaz (2017, p.213):

É necessário que o professor tenha conhecimento sobre o conteúdo determinado pela mesma e efetivá-la na sua prática pedagógica. Na sua maioria, os professores optam por isentar de suas obrigações, relatando falta de tempo ou que os conteúdos da cultura afro-brasileira não se relacionam com os outros componentes curriculares. Sendo assim, é importante que o professor conheça a obrigatoriedade legal e social que existe, pois é a partir dela que o professor pode planejar e desenvolver métodos e estratégias para a abordagem da matriz africana no contexto escolar, deixando de agir de forma intuitiva.

O professor deve ser um agente ativo no que tange ao presenciar movimentos preconceituosos, situações de violação aos direitos das crianças. Um bom educador não pode eximir-se frente a situações de falta de respeito e descumprimento dos direitos às crianças, em sala de aula (SANTANA, 2006). Sobre isso, Marinho; Martins (2016, p.61) mencionam que “em casos de preconceito racial, estando, o docente, sempre alerta para mediar conflitos e gerar discussões que rendam frutos para entendimento da diversidade étnica e racial presentes na escola e na sociedade”. Se faz essencial formações para que os profissionais saibam intervir, mediar situações problemáticas de desrespeito racial, a saber:

As professoras ratificam a importância da formação do professor para o trato com a questão racial, consideram fundamental que no

processo de formação, a abordagem sobre o tema ocorra com maior profundidade, para além, da realização de seminários, que apesar de trazerem reflexões na abordagem do tema, pouco contribui para o aprofundamento do conhecimento teórico-metodológico no processo de formação do professor. (COSTA; SANTOS, 2014, p.74).

Além dessas questões, é apontada também, pra efetividade concreta, a falta de concordância de horários dos cursos com a disponibilidade dos/as professores/as, os quais nem sempre oferecem um trabalho exclusivo. Nesse sentido, cabe aos gestores oferecer meios que viabilizem a implementação satisfatória da educação continuada nas escolas (MARINHO, MARTINS, 2016).

Faz se necessárias políticas voltadas ao investimento em capacitação de profissionais qualificados em História da África e afro-brasileira, para atuar de maneira a contribuir para o desenvolvimento da construção da identidade do aluno, respeitando e valorizando a pluralidade cultural brasileira. Nesse sentido, consideramos importante que a mudança perpassa entre os professores e gestores, uma vez que, para que o professor venha ensinar sobre a Cultura africana e afrodescendentes é necessário que o mesmo não estabeleça práticas de discriminação, bem como é preciso se despir de discursos preconceituosos. Para tanto, é necessário que estes busquem ter o conhecimento sobre a História e Cultura afrodescendente para que sua prática tenha significado para o aluno, fazendo com que age de maneira consciente em relação a diversidade cultural brasileira. (TUONO; VAZ, 2017, p.213)

Compreendemos, por meio desse estudo, que possíveis caminhos poderiam ser tomados, além da mudança da prática docente, seja por meio de formação continuada de professores; seja por meio da reformulação das políticas curriculares; seja através de um trabalho voltado a conscientização da sociedade em geral, por instituições externas a escola; seja por meio de políticas educacionais que visem à equiparação das injustiças historicamente realizadas. Consideramos que, apesar dos limites, os docentes podem lançar mão de práticas pedagógicas voltadas à superação do racismo, como a análise crítica de materiais didáticos, de discursos e a reflexão interdisciplinar sobre a diversidade cultural.

Dessa forma, embora tenha dificuldades, cabe ao professor refletir sobre suas metodologias e os conteúdos que está abordando em sala de aula, reavaliando seus planos de aula, propondo atividades diversificadas que venha contribuir para o conhecimento significativo e respeitoso do aluno em relação a sua etnia e a do outro. (TUONO; VAZ, 2017, p.213)

Diante dessa conjuntura, a luta contra o racismo e aos estereótipos deve ser de toda a sociedade, das diferentes instâncias e espaços. No espaço escolar, é uma luta que deve ser travada por gestores que devem oferecer os meios, e os docentes para implementarem ações. Como os professores são sujeitos diretos na atuação, é relevante que esses busquem aprimorar o seu conhecimento para desempenhar atividades de maneira assertiva.

5 CONCLUSÃO

Trazer à tona discussão sobre questões éticas e refletir sobre até que ponto a prática escolar entre professores e estudantes pode promover a autoestima e a autoafirmação de crianças negras e não negras na educação infantil é de grande relevância para educação brasileira.

O momento em que o país vive é de extrema contraversão. Na educação, estávamos avançando, agora não temos perspectivas de consolidar a pluralidades de nossos espaços escolares, pois a onda conservadora que assola nosso país quer deslegitimar as pessoas em suas identidades e relações.

Acreditamos que o despreparo profissional de docentes pode ajudar a negligenciar ações e situações de sala de aula vividas que privilegiariam a efetividade da lei, por exemplo. Neste cenário, a negação da existência de conflitos raciais em sala de aula devido à falta de interesse ou medo de tratar assuntos deste tipo, e no tocante a educação infantil, tem subestimando o poder de decisão e de entendimento das crianças pequenas em relação a esse fato social.

Além do preparo necessário para saber lidar e atuar frente às questões raciais e de preconceito na educação infantil, vimos quão importante é a atuação ativa dos gestores no subsídio de meios que favoreçam ações formativas para os profissionais, educadores.

Os gestores devem atuar também como um facilitador entre a criação de cursos de formação e sua implementação, visto que, como foram observados ao longo da redação do trabalho, que alguns professores não tiveram a oportunidade de ser aprimorar, por não ter como conciliar os cursos com seu trabalho.

A formação de professores na educação infantil é um dos caminhos que precisa ser percorrido que para a educação étnico-racial seja entendida e vivida com respeito a nossa sociedade brasileira, pois as crianças são vistas como seres construtores e construtoras de transformações sociais.

Visto esse cenário, a luta contra o racismo a partir da educação infantil é algo um tanto complexo, pois é dependente de várias instâncias como meio familiar, social, gestão escolar e professores. Esses precisam trabalhar em conjunto, em concordância para que as práticas antirracistas sejam assíduas no dia a dia da sala de aula e, conseqüentemente, na vida em sociedade.

Diante do que vimos, ainda temos limitações consideráveis sobre a prática do professor da educação infantil no que tange a educação antirracista. As limitações são alimentadas tanto pelos gestores quanto pelos professores, os quais precisam urgentemente se interessar e acolher a causa, contribuindo para emancipação social e luta contrário o racismo.

Nosso país já teve um relevante avanço do ponto de vista de criação de leis que dão sustento a luta contra o racismo. O que se faz necessário, na atualidade, é que tudo isso seja materializado em ações concretas no plano de ensino das instituições, em especial, da educação infantil para que venha contribuir em minimizar práticas educativas discriminatórias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BERSANI, H. Racismo estrutural e o direito à educação. **Revista em Educação Perspectiva**, v.8, n.3, p.380-397, 2017.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p.1,4 de abr.2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 de dez. 1996.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 de jan. 2003.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília: MEC/SEF, DF, v.1, p.10-103,1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília, MEC/SEB/DICEI, p. 562, 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, DF, p.7-36, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, p.1-14, 2009.

DE ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. (Ed.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. p.141-60

COSTA, R.A; SANTOS, T.R.L. Representações sociais de professores: desafios para socialização da criança negra na educação infantil. **Tópicos Educacionais**, v.20, n.1, p.57-78, 2014

DIAS, L.R. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, n.51, p.661-749, 2012.

DOMINGUES, P. Um “templo de luz”!: a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 39, p. 517-534, 2008.

FERREIRA, A.J. Educação antirracista e práticas em sala de aula: uma questão de formação de professores. **Revista de Educação Pública**, v. 21 n. 46 p.275-288, 2012.

GAUDIO, E.S. Resenha do livro “o que é racismo estrutural?” de Silvio Almeida. **Revista Humanidades e Inovação**, v.6, n. 4, p.2014-2017, 2019.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2008.

GOMES, L.N. Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos. **Currículo sem fronteira**, V.12, n1, p.98-109, 2012.

GORENDER, J. O escravismo colonial. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

LIMA, S.T.B. Direitos humanos dos negros: Racismo estrutural, necropolítica, interseccionalidade e o mito da democracia racial no Brasil. **Revista Educação e Humanidades**, v.1, n.2, p.119-132, 2020.

MACEDO, R. L. Formação de professores e racismo — para onde vamos?. **Revista Teias**, v. 21, n. 62, p.106-115, 2020 •

MACHADO, M. M. A criança é performer. **Educação & Realidade**, v.35, n. 2, p.115-138, 2010.

MARINHO, C; MARTINS, É. Educação Infantil e relações étnico- raciais: impactos da formação docente nas práticas educativas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n. 34, p.43-63, 2017.

MARTINS, E.S. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Olhares & Trilhas**, Ano VI, n. 6, p. 31-36, 2005.

MUNANGA, K. Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NUNES, S.S. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, v.17, n.1, p.89-98, 2006.

OLIVERIA, F. A infância, as crianças e a educação infantil: reflexões acerca da questão étnico-racial. **Crítica Educativa**, v. 2, n. 2, p.136-149, 2016.

PORTEILA, O. Vocabulário etimológico básico do acadêmico de letras. **Letras**. .33, p.103-119,1984.

SANTANA, P. S. Educação Infantil. BRASL, Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006. p. 30-49

SANTOS, E. P.; MEIRA, L. C. Os desafios da educação das relações étnico-raciais e a formação de professores para a educação infantil. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 11, n. 22, p.13-20, 2019.

SILVA, S.M. Educação e racismo no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, n.18, p.93-99, 2005.

TUONO, N.E.F; VAZ, M.R.T. O racismo no contexto escolar e a prática docente. **Debates em Educação**, v. 9, n.18, p.205-216, 2017.